

Compromisso a resgatar

CORREIO BRAZILIENSE

30 JUL 1987

*dívida
Externa*

Não há mais por que disfarçar, nem a quem iludir. As negociações sobre a dívida externa brasileira devem ser conduzidas por vias de entendimento que passam obrigatoriamente pelo Fundo Monetário Internacional. Condições necessárias, suficientes e terminais abrem esse determinismo sobre o comportamento do Brasil na rota para a recuperação de sua posição nas finanças internacionais.

Os pressupostos para restabelecer o diálogo com os credores — quer os bancos privados, quer os estabelecimentos oficiais congregados pelo Clube de Paris — foram colocados, com muita clareza, pelo ministro Bresser Pereira, nas declarações tornadas públicas quando de seu retorno dos Estados Unidos.

Se se renunciar a um acordo com o FMI serão ampliadas em graus imprevisíveis as dificuldades às autoridades brasileiras para viabilizar os ajustes para a rolagem da dívida e para obter os recursos indispensáveis, destinados às aplicações de capital, no interesse de desenvolvimento nacional.

As preliminares levantadas pelo Governo do Brasil, através do Ministro da Fazenda, desde logo, afastam a aceitação das subalternidades da ortodoxia do FMI, projetadas num monitoramento sufocante nos resultados das programações internas e referendadas numa política econômica recessiva nos meios de que se valerá e exigente em sacrifícios dobrados para a sociedade nos fins a que se propõe.

São transparentes as razões que

militam em favor de um acordo com aquela agência internacional. Inicialmente a ordem das negociações será alterada. A proposta de sua abertura será feita diretamente aos bancos, num diálogo exclusivo entre devedor e credor, livre dos condicionamentos do FMI. Um encontro de interessados em resolver um problema em que ambas as partes estão em posição desconfortável e onde terão que situar-se a cavaleiro de imposições irrecusáveis provenientes das respectivas retaguardas. Os bancos, baseados em seus regimentos e motivados por um gerenciamento pelo qual buscam recuperar resultados financeiros postos em suspensão pela moratória brasileira e que voltarão a desativar passivos financeiros incorporados à colossal dívida do Brasil de US\$ 110 bilhões. Por seu turno, o País se dispõe a normalizar o seu relacionamento financeiro externo, a partir de condições que podem e devem ser aceitas. Como cacife de mão, além da moratória, aí estão as reservas de divisas, o desempenho do comércio internacional e uma tradição a ser ratificada de bom devedor, que eventualmente se viu obrigado a endurecer com os credores, numa tomada de posição objetivando preservar níveis mínimos para seu desenvolvimento econômico e social.

Depois do malogro do Plano Cruzado e do reconhecimento tácito dos objetivos visados pela moratória e das causas que a determinaram, recomposta a Nação em seu ordenamento econômico, dentro da programação do Plano Bresser, o Brasil volta às mesas de negociação com um plano de

trabalho de estruturação técnica bem fundamentada, no sentido de alcançar resultados confiáveis e perfeitamente lógicos.

Todo um esforço convergente será desenvolvido com vistas ao respaldo das negociações que deverão ter lugar em fins de setembro. O presidente José Sarney determinou o início da elaboração da proposta a ser oferecida aos bancos credores em caráter oficial. Não será tarefa fácil, desde que no ritual a seguir haja a exclusão do FMI. O País volta a percorrer o seu caminho em condições críticas nas rotas financeiras internacionais.

Resta aos brasileiros viabilizar essa proposta, mobilizando os meios indispensáveis para torná-la aceitável. Nesta altura dos condicionamentos surge em oposição doutrinária, o PMDB, cujas objeções poderão complicar os entendimentos e até mesmo criar impasses insuperáveis.

Ficará assim a Nação em suspense, no aguardo da evolução que possam ter as conversações entre o Ministro da Fazenda e o PMDB, como abertura para os entendimentos no exterior. O esperado, por força da relevância da decisão a adotar, é que haja maturidade nas trocas de idéias, isenção nas razões invocadas e ausência de preconceitos nas formulações a serem sugeridas. E acima de tudo a exigência maior que sobreleva está na consciência de uma postura firme na responsabilidade dos compromissos a serem assumidos e no enfrentamento solidário com as consequências a que a Nação se expuser. A todo risco, sejam quais forem.